



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TRANCOSO

ATA n.º 20

QUADRIÉNIO DE 2021 - 2025

(Artigo 57º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro)

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE TRANCOSO DE 26 DE JUNHO DE 2025**

--- Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas catorze horas e trinta minutos, no auditório do Pavilhão Multiusos de Trancoso, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Trancoso, legalmente convocada para o efeito e presidida por José Amaral Veiga, seu Presidente. A ordem de trabalhos foi a seguinte: -----

--- **Período de antes da ordem do dia.** -----

--- **Ordem do dia:** -----

--- **Ponto número um** - Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara, acerca da atividade desta e da situação financeira do Município; -----

--- **Ponto número dois** - Análise, discussão e votação de proposta relativa à 2ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e à correspondente alteração às Grandes Opções do Plano para 2025-----

--- **Ponto número três** - Apreciação dos resultados da participação do Município na empresa TEGEC, EM relativos ao exercício económico de 2024; -----

Ponto número quatro - Apreciação dos resultados da participação do Município na empresa PACETEG, SA/EM, relativos ao exercício económico de 2024; -----

--- **Ponto número cinco** - Apreciação das contas consolidadas do conjunto de entidades que constituem o Grupo Municipal, relativas ao exercício económico de 2024; -----

--- **Ponto número seis** - Análise, discussão e votação de proposta relativa ao Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) de Trancoso; -----

--- **Ponto número sete** - Análise, discussão e votação de propostas relativas à atribuição de apoios financeiros, mediante a celebração de protocolos, às seguintes entidades: Uniões de Freguesias de Freches e Torres, de Vila Franca das Naves e Feital, de Vilares e Carnicães, de Trancoso e Souto Maior, Freguesias de Granja, Reboleiro, Rio de Mel e Aldeia Nova; -----

--- **Período de intervenção do público.** -----

--- Depois de assinada a folha de presenças, para verificação de quórum, constatou-se a falta dos membros da assembleia, João Paulo Rodrigues Matias, substituído por José Jorge dos Santos Carvalho, Patrícia Isabel Fernandes Ramos, substituída por Adérito Pires Correia, Carlos Humberto Gaspar Saldanha, substituído por António Augusto Gregório, José Augusto Soares Clemente substituído por Joaquim Jerónimo do Nascimento, Patrícia Raquel Bernardo Ribeiro Lavoura, substituída por Cristina Maria Alexandre Leitão Cruz, Vera Lúcia Tomé Soares Martins e Fausto André Primo Frade, membros do Grupo Municipal do Partido Socialista, José Baptista de Sousa, substituído por Ruben Filipe Pereira Anjos, Ana Francisca Torres Sarmiento, substituída por Hugo David da Silva Neves, Sílvia Andreia Esteves do Nascimento Santos, substituída por Manuel José dos Santos Costa e Maria Cristina de Matos Sampaio e Melo Inocêncio, membros da Coligação Sim, é Possível. Estas faltas foram devidamente anotadas, assim como a registada à Senhora Presidente da Freguesia da Cogula, Patrícia Isabel Furtado Tenreiro, substituída por Armando de

Castro Bernardino. -----

--- Estiveram ainda presentes, em representação da Câmara Municipal, o Senhor Presidente do Município, Amílcar José Nunes Salvador e os Senhores Vereadores, Eduardo António Rebelo Pinto, Ana Luísa Monteiro do Couto, João José Martins Campos de Carvalho e António Cristóvão Ribeiro dos Santos. -----

--- O Presidente da Mesa procedeu à abertura da sessão, mencionando que se encontrava ausente a Senhora secretária, Maria Cristina de Matos Sampaio e Melo Inocêncio, convidando para a substituir o Senhor Presidente de Junta de Palhais, João Alfredo Nascimento Santos. De seguida, fez referência à ata da última Assembleia Municipal, mencionando que se encontrava um erro na página 11, linha 6, onde se lê “... no valor de 3.078.923,00€ (três milhões, setenta e oito mil, novecentos e vinte e três euros)” deverá ler-se “... no valor de 3.178.923,05€ (três milhões, cento e setenta e oito mil, novecentos e vinte e três euros e cinco cêntimos)”, de seguida colocou a ata a discussão. -----

--- O Presidente da Mesa informou que não havendo intervenções iria ser colocada a ata a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. De seguida, informou que se iria entrar no Período de antes da ordem do dia. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Rafael Figueiredo, mencionando que após 12 anos de governação do Partido Socialista em Trancoso, liderados pelo atual Presidente da Câmara, reconhece que foram feitas algumas obras, mas ficaram muitas promessas por cumprir. Na saúde, continuamos com centros de saúde encerrados e sem intervenções estruturais; na educação, não avançou a candidatura para o Parque Escolar; na habitação, não se concretizaram projetos aprovados; na cultura, o Palácio Ducal ficou por iniciar; e nas infraestruturas, várias obras não foram executadas, incluindo o centro histórico, a barragem da Teja, a Torre de Menagem e o cemitério municipal. Realçou que esta governação se limitou a uma gestão corrente, sem obras estruturantes capazes de devolver dinamismo a Trancoso. Espera que, a partir de setembro, seja um novo executivo e, oxalá do Partido Social Democrata a assumir essa responsabilidade, para termos um Trancoso melhor. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, colocando uma questão muito concreta ao Senhor Presidente da Câmara: “a candidatura de financiamento para a requalificação dos três estabelecimentos de ensino do nosso concelho já se encontra aprovada? E prevê V.^a Ex.^a realizar alguma despesa até ao fim do mandato, dado que nas Grandes Opções do Plano não consta qualquer alteração orçamental?”. Afirmou, na última Assembleia, que a situação era igual para todos os municípios no distrito da Guarda, o que não corresponde à realidade. Dou exemplos: a Escola Secundária da Sé já estava em fase de concurso e em Aguiar da Beira a EB 2,3 obteve financiamento de cerca de um milhão e setecentos mil euros, mais outra verba de cerca de seis milhões para um ginásio e Figueira de Castelo Rodrigo também viu aprovada a requalificação da sua escola. Realçou que, no nosso concelho, houve atrasos no processo, designadamente por falhas na preparação técnica da candidatura, receando que as nossas três escolas fiquem para trás. Como todos os governos anteriores, este Governo é o Governo de todos os portugueses, e não podemos aceitar desigualdades de tratamento. Por isso, insiste em saber em que fase se encontra a candidatura das escolas, pois as verbas do BEI (Banco Europeu de Investimento) são limitadas e não chegarão para todos

os projetos. Desejando que as três escolas do concelho de Trancoso não sejam novamente deixadas de fora. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente do Município iniciou a sua intervenção convidando todos os presentes a participarem na recriação histórica das Bodas Reais de D. Dinis com a Rainha Santa Isabel de Aragão, a realizar em Trancoso, no fim de semana seguinte, destacando a importância do evento para a economia local. Seguidamente, respondeu às críticas formuladas pelo Deputado João Rafael, rejeitando acusações de demagogia e populismo, salientando que a governação foi feita com seriedade e em colaboração com Vereadores, Assembleia Municipal, Presidentes de Junta e População. Referiu que, apesar das dificuldades financeiras herdadas em 2013, incluindo a dívida registada que ultrapassava o limite de endividamento em mais de 185.000,00€ (cento e oitenta e cinco mil euros), cerca de 5.000.000,00€ (cinco milhões de euros) em obras sem procedimento e 9.900.000,00€ (nove milhões e novecentos mil euros) da parceria público-privada, totalizando aproximadamente 26.000.000,00€ (vinte e seis milhões de euros), tendo a Câmara conseguido inverter a situação e encontra-se hoje 7.000.000,00€ (sete milhões) abaixo do limite de endividamento. Destacou diversas obras e investimentos concretizados nos últimos anos, a requalificação da Praça Municipal e das seis lojas comerciais adjacentes, a criação da Trancoso Invest, o Centro Escolar da Ribeirinha, o Centro de Inovação e Desenvolvimento Social, a requalificação dos Paços do Concelho, várias ETAR's (Quinta do Seixo, Courelas, Vila Franca das Naves), e a requalificação de todas as estradas municipais. Sublinhou também a dinamização do centro histórico e o impacto positivo dos eventos culturais e turísticos que atraíram milhares de visitantes desde maio, nomeadamente o Feriado Municipal com a presença da Orquestra Ligeira do Exército, o Dia Mundial da Criança, o aniversário dos Bombeiros, as marchas populares e a presença do Exército no dia 18 de junho. Relativamente à saúde, esclareceu que a construção ou gestão dos centros de saúde não compete à Câmara, embora esta tenha disponibilizado recursos, como um funcionário e uma viatura a tempo inteiro e executado obras de manutenção. Sobre Vila Franca das Naves, informou que o novo posto do centro de saúde está praticamente concluído (faltando apenas capoto e caixilharias) e deverá estar terminado até final de julho, sendo considerado por médicos como excelentes instalações. Reconheceu, contudo, as dificuldades estruturais na falta de médicos, situação que não depende da autarquia. Na área da educação, referiu que nenhuma Câmara do distrito da Guarda recebeu ainda aprovação definitiva das candidaturas apresentadas até 30 de abril de 2024 no âmbito do PRR, incluindo Trancoso. Sublinhou que casos como a Escola Secundária da Sé e a EB 2,3 de Aguiar da Beira decorreram de processos anteriores e específicos, não comparáveis. Enumerou ainda medidas de proximidade social, como o Gabinete de Apoio ao Emigrante (que atende cerca de 1.400 pessoas por ano), o Espaço do Cidadão em Vila Franca, os transportes flexíveis e o apoio às IPSS, lares e centros de dia, anunciando, para 24 de julho, o Dia Municipal do Idoso. Concluiu rejeitando as acusações de inação, reiterando que a Câmara trabalhou com seriedade, dignificou o património, melhorou a situação financeira e reforçou a atratividade e autoestima dos Trancosenses. -----

--- No uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal informou que terminado o período de antes da ordem do dia, se iria passar ao **ponto um** da ordem de trabalhos. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente do Município referiu o trabalho realizado pela Câmara Municipal desde a última Assembleia, destacando a qualidade e empenho dos serviços municipais externos, administrativos, de ação social, contabilidade, transportes e eventos que, apesar da redução de pessoal por aposentações, têm assegurado com eficácia obras, limpeza de ruas, rotundas e estradas, recolha de resíduos e apoio a eventos locais. Salientou que vários espaços e obras já se encontram concluídos ou em fase de conclusão, nomeadamente a requalificação dos Paços do Concelho, o Centro BTT, as estradas municipais de Moimentinha, Granja, Tamanhos, Guilheiro, Vila Novinha, Montes, Carapito, o caminho das Hortas de Vila Franca das Naves, a cobertura do Centro Cultural, a remodelação das piscinas municipais e do parque municipal, a rotunda dos Bombeiros (já inaugurada) e a de Vila Franca das Naves em fase final. Referiu ainda que estão em curso concursos, investimentos importantes: a requalificação do Largo do Mercado em Vila Franca das Naves, o saneamento e rede de água em Golfar, com um valor de 402.000,00€ (quatrocentos e dois mil euros) e a requalificação das muralhas de Trancoso, já contratada, no valor de cerca de 1.000.000,00€ (um milhão de euros). Sublinhou que algumas empreitadas não avançaram por falta de concorrentes ou atrasos dos empreiteiros, situação comum também a outros concelhos. Destacou os eventos realizados, como o Feriado Municipal, o almoço convívio dos Trancosenses residentes em Lisboa, as marchas da ACRT, o aniversário dos Bombeiros em 15 de junho, a homenagem ao Exército e a preparação da recriação histórica das Bodas Reais de D. Dinis e da Rainha Santa Isabel. Terminou referindo que a execução financeira se encontra em linha com os anos anteriores, nesta altura do ano, mas seria superior caso já estivessem concluídas obras relevantes como o arranjo do Largo de Moreira do Rei, as piscinas, o Parque Municipal e o arranjo das muralhas. -----

--- Interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Reboleiro, José Nascimento, enaltecendo as atividades desenvolvidas pelo Município nos últimos 47 (quarenta e sete) dias, destacando em particular duas iniciativas. Referiu o 93.º aniversário dos Bombeiros Voluntários de Trancoso, celebrado a 15 de junho, onde foram reconhecidos publicamente os méritos e o apoio da Câmara Municipal à corporação, salientando que os investimentos nos bombeiros representam ganhos para toda a comunidade. Recordou ainda a colocação de uma lápide e a disponibilização de uma viatura, sublinhando a importância de perpetuar estas ações na memória coletiva. Mencionou ainda a reunião realizada no dia 3 de junho, no Reboleiro, onde foi possível avaliar os trabalhos em curso com o apoio da Câmara, destacando a utilidade da presença do Sr. Presidente. Informou que a inauguração destas obras está prevista para dia de 20 de julho, pelas 11h, solicitando a colaboração da Assembleia para garantir a confirmação de presenças até 15 de julho, de forma a organizar o convívio e a logística associada. -----

--- Em resposta, o Presidente do Município agradeceu as palavras dirigidas e destacou a relevância do apoio do Município aos Bombeiros e à Proteção Civil, sublinhando o compromisso de continuar a apoiar as duas corporações do concelho. Referiu que está em curso a aquisição de terreno para permitir a ampliação do espaço dos Bombeiros de Trancoso e que os Bombeiros de Vila Franca das Naves poderão, através do Programa 2030, apresentar candidatura para a construção de um pavilhão de viaturas, com apoio da Câmara. Informou ainda que no dia 1 de julho terá lugar uma reunião dedicada à Proteção Civil.

Relativamente às freguesias, reconheceu a importância dos projetos apresentados, mas explicou que, devido a limitações orçamentais e ao teto definido, apenas oito freguesias foram contempladas nesta fase, estando previsto que em setembro se possam apoiar mais três ou quatro juntas com projetos relevantes. Concluiu reafirmando a disponibilidade da Câmara para continuar a apoiar as freguesias de forma equilibrada e responsável. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, sublinhando que aquela era a última Assembleia Municipal com relevância no atual mandato, sendo o momento adequado para avaliar os quatro anos de governação. Referiu existir uma diferença de fundo relativamente à forma de administrar: enquanto o Sr. Presidente optou por uma gestão reativa e avulsa, considera que a administração autárquica deve ser proativa, com objetivos claros e visão de futuro. Exemplificou com a requalificação dos Paços do Concelho, medida que classificou como necessária mas não estruturante para a economia, o emprego ou o desenvolvimento; com as lojas da praça, que não representam estratégia de futuro, ao contrário de apoios que deviam ter sido dados ao turismo, agricultura e floresta; com as obras do castelo, sem plano concreto de utilização e até sem a simples colocação de bandeira; com a necrópole de Moreira de Rei, cujas obras iniciadas em 2021 ainda não estavam concluídas em junho de 2025 e sem destino definido, recordando que em Trancoso já se diz popularmente “são as obras de Moreira de Rei” à semelhança do que noutros locais se diz “obras de Santa Engrácia”, para caracterizar processos demorados; e com o museu, que continua sem inauguração e sem projeto conhecido. Recordou ainda que em 30 de abril de 2024 exortou o Executivo a aproveitar os 108.700,00€ (cento e oito milhões e setecentos mil de euros) disponíveis até 2030 na Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, bem como mais 109.000,00€ (cento e nove milhões de euros) destinados a digitalização da administração pública, educação, energias renováveis, mobilidade sustentável, habitação social, requalificação urbana e conservação da natureza, questionando que candidaturas ou iniciativas a Câmara apresentou, tendo-se o Presidente limitado a responder que “somos muitos, tem de haver rateio”, o que considera demonstrar falta de iniciativa. Assinalou também as taxas de execução no fim do primeiro semestre: 29,84% na despesa corrente e apenas 8,67% na despesa de capital, mesmo já estando a ser paga parte da requalificação dos Paços do Concelho. Em matéria de demografia, destacou os dados oficiais entre 2011 e 2021: diminuição da população residente de 1,9% no continente, 4,3% na região Centro (NUTS II), 10,8% nas Beiras e Serra da Estrela (NUTS III) e 14,8% no concelho de Trancoso. Acrescentou que em 2021 a população com 65 ou mais anos aumentou, mas registou-se forte quebra nas faixas 25-64 anos, 15-24 anos e 0-14 anos, comprometendo a fixação de população e as perspetivas de futuro. Concluiu que o balanço global é negativo, pela ausência de visão estratégica, de medidas estruturantes e de aproveitamento dos fundos disponíveis, resultando numa perda populacional, envelhecimento e falta de desenvolvimento sustentável. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Joana, afirmando que há um “mar que nos separa”, numa metáfora que considerou adequada para o período estival, referindo-se à diferença de visões entre o Executivo Municipal de Trancoso e o Senhor Deputado João Caramelo, da coligação PSD/CDS. Destacou que, apesar desta separação, o Executivo realizou várias ações significativas, incluindo a requalificação dos

Paços do Concelho, obras no Castelo de Trancoso, a requalificação do antigo quartel da GNR e sua transformação na Trancoso Invest, a requalificação do mercado municipal e a criação de lojas com acesso à estrada nacional. Sublinhou que estas intervenções refletem uma visão de futuro para a reabilitação urbanística do centro histórico, defendendo que não há futuro para as cidades sem centros cívicos revitalizados nem para os cidadãos se os seus espaços urbanos estiverem degradados. Acrescentou que a apresentação de dados médios da Região Centro (NUTS II) ou das Beiras e Serra da Estrela, como se as realidades de Leiria, Almeida, Guarda, Covilhã e Meda fossem iguais, não representa a diversidade local, evidenciando novamente a diferença de visão entre o Executivo e a Coligação. Concluiu reiterando que a atuação do Executivo visa criar condições de desenvolvimento e habitabilidade para a população do concelho, mostrando uma lógica e perspetiva de futuro que considera ausente na análise do Senhor Deputado. -----

--- Interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Reboleiro, José Nascimento, informando que o caminho rural que liga o Alto da Serra ao Reboleiro, passando por Rio de Mel e Castanheira, encontra-se intransitável. Referiu que este caminho foi aberto ou arranjado em 2001, mas desde então as chuvas abriram poços ao longo de todo o percurso. Relatou que recentemente um munícipe do Reboleiro, conhecido como Carlos, que era padeiro, ao tentar passar pelo caminho para ir à Castanheira com o trator, ficou preso num desses poços e teve de ser retirado por terceiros. propôs duas soluções: ou proceder à reparação do caminho, abrindo valas e aterrando os poços, ou colocar uma placa de aviso no topo da serra, alertando para o risco de descer por aquele caminho, sublinhando que, caso haja um incêndio, o caminho poderá impedir a fuga em segurança, apelando que, embora seja época em que não se recomenda o uso de máquinas, fosse dada prioridade à intervenção no caminho para evitar possíveis acidentes ou situações mais graves. -----

--- Em resposta, o Presidente do Município afirmou que existe um “mar enorme que nos separa” entre aqueles que apenas falam e aqueles que efetivamente trabalham, defendendo que a visão do Executivo Municipal de Trancoso é de otimismo e de acreditar nas potencialidades do concelho. Destacou que o trabalho realizado se reflete no centro histórico, nas empresas locais e no apoio às associações, realçando que as intervenções visam beneficiar as pessoas. Referiu que, em termos de património histórico, rede viária, referência cultural e oferta cultural, Trancoso se distingue de outros concelhos como Meda, Pinhel, Celorico. Sublinhou a importância do associativismo, das empresas e da estabilidade financeira, destacando que existem oito instituições bancárias no concelho, das quais nenhuma fechou portas. No domínio do turismo, mencionou que o Castelo de Trancoso recebe cerca de 40 mil visitantes por ano, destacando alojamentos como o Solar Sampaio e Melo e as Figuras Mágicas, que não existiam há meia dúzia de anos. Quanto à demografia, indicou que o concelho apresenta um déficit anual de aproximadamente 150 pessoas, devido à diferença entre óbitos (cerca de 180–200 por ano) e nascimentos (cerca de 50), mas que em 2023 houve um crescimento de 24 pessoas. Referiu ainda que o concelho registou cerca de 200 migrantes, estando 140 em Trancoso e 72 em Vila Franca das Naves, o que contribuiu para o aumento populacional. Destacou que, segundo projeções de 2021 a 2041, o concelho de Trancoso será aquele que menos diminuirá em população no distrito da Guarda. Concluiu afirmando que, apesar dos desafios demográficos e da necessidade de

mudança de mentalidade quanto à natalidade, a determinação, o otimismo e a valorização das potencialidades locais permitem criar condições para viver com segurança, tranquilidade e qualidade de vida no concelho, mantendo a confiança no futuro e o orgulho nas realizações alcançadas. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, tomou a palavra para exercer o seu direito de defesa da honra, afirmando que não admite que se diga que não tem autoestima, que não tem um sorriso nos lábios ou que não deseja o melhor para Trancoso, considerando tais afirmações ofensivas e inaceitáveis. Sublinhou que tudo tem limites e que o debate deve centrar-se na discussão de ideias, de princípios e de formas diferentes de alcançar objetivos, reconhecendo a diversidade existente. Contudo, rejeitou qualquer tentativa de apropriação de um monopólio da verdade ou da sabedoria e a imputação de características que não se encontram no seu discurso, concluindo que a pusilanimidade não está presente nas suas intervenções. ----

--- No uso da palavra, o Presidente da Assembleia informou que se encontra concluído o primeiro ponto da ordem do dia, de seguida, deu início ao **ponto dois**. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara apresentou a segunda revisão do orçamento, referindo que se trata de uma alteração de pequena dimensão, na ordem dos 211.000,00€ (duzentos e onze mil euros), destinados sobretudo a incluir algumas rubricas que não estavam previstas. Referiu a freguesia da Cogula, sendo necessário intervir na Rua da Citra; na Póvoa do Concelho um arruamento a executar, bem como as obras necessárias na Escola Primária da Póvoa do Concelho, anteriormente cedida a uma IPSS e que agora, estando desocupada, requer intervenção. Foi ainda apontada a necessidade de trabalhos em Fiães. Acrescentou que a revisão contempla também o reforço da empreitada de estradas e caminhos na freguesia de Rio de Mel, com uma verba de 50.000,00€ (cinquenta mil euros). Referiu ainda que estão em curso obras nos acessos às piscinas exteriores, prevendo-se a sua conclusão até ao dia 5 de julho, com a perspectiva de reabertura no próximo sábado. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara para afirmar que, apesar das divergências habituais entre a Coligação e o Executivo Municipal, há áreas em que existe plena convergência, nomeadamente no setor da educação, sublinhando que todos querem o melhor para o concelho de Trancoso. Citando Álvaro Cunhal, recordou que nem sempre estão afastados 180º e que, no caso das escolas, existe absoluta concordância quanto à prioridade a dar a esta área fundamental, porque, sem educação, não há futuro. Defendeu que a candidatura apresentada à CCDR Centro, representa um investimento essencial para melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem, preparando os jovens para serem os futuros governantes e líderes da comunidade. Esclareceu que não recorre a “cunhas” ou “compadrios”, tendo sempre pautado a sua vida cívica por princípios de transparência e afirmou ter acompanhado o processo de candidaturas com rigor, dialogando inclusivamente com a Presidente da CCDR Centro, com o Diretor de Serviços e com o Chefe de Divisão. Destacou que a candidatura de Trancoso foi entregue no último dia, ficando registada ao minuto e ao segundo, mas que, nessa altura, a verba disponível no PRR era nula. Assim, considera essencial que a Câmara insista junto do Governo para garantir financiamento através do Banco Europeu de Investimento (BEI), que assegura a cobertura a 100%, alertando, no entanto, para o risco de esgotamento das verbas e para o perigo de que, futuramente, seja o

Município ou outro Executivo a ter de suportar encargos que não lhe competem. Referiu ainda o tratamento desigual entre regiões, salientando que a CIM Beiras e Serra da Estrela tem sido criticada, em comparação com a CIM Viseu Dão Lafões, presidida pelo Dr. Ruas, que se tem mostrado mais dinâmica na aprovação de candidaturas. Destacou, como exemplo, autarquias como Castro Daire, Nelas e Carregal do Sal, onde projetos já foram aprovados e executados. Sublinhou que não se trata de rebaixar ou criticar pessoas concretas, mas de reconhecer que o dinamismo institucional é determinante para a captação de recursos. Concluiu a sua intervenção solicitando ao Senhor Presidente da Câmara que mantenha o esforço habitual de interceder junto das entidades competentes, quer a nível do Governo, quer junto do BEI e da CCDRC, para que a candidatura de Trancoso seja aprovada e financiada, uma vez que está em causa o futuro do concelho, da escola e, sobretudo, das crianças e jovens de Trancoso. -----

--- Interveio o Presidente da Mesa da Assembleia, agradecendo a intervenção do deputado, mas salientando que utilizou cinco minutos para falar de um tema que não estava em debate, recordando que o ponto em discussão diz respeito à segunda revisão orçamental de receita e despesa, no valor aproximado de 200.000,00€ (duzentos mil euros), conforme referido pelo Senhor Presidente da Câmara. Sublinhou que, se todos os deputados utilizassem o tempo para tratar de assuntos fora da ordem de trabalhos, a sessão tornar-se-ia numa desorganização total, o que não pode ser permitido. Explicou que, por respeito, não lhe retirou a palavra e permitiu que expusesse aquilo que deveria ter sido dito no período anterior, mas advertiu que no futuro a Coligação terá de saber gerir melhor o tempo de intervenção. Reiterou que não retirou a palavra ao deputado, reconhecendo o direito à sua exposição, mas frisou que o tema abordado não tinha ligação ao ponto da ordem de trabalhos, que era específico e circunscrito à revisão orçamental. Sublinhou ainda que há regras e um regimento a cumprir e que cabe a todos respeitá-los, de modo a garantir o bom funcionamento da Assembleia Municipal. -----

--- Em resposta, o Senhor Presidente de Câmara agradeceu as chamadas de atenção relativamente ao Parque Escolar, salientando que as críticas, quando construtivas, são sempre motivadoras e constituem estímulo para continuar a trabalhar. Reafirmou que o Executivo conhece os desafios existentes e que continuará a lutar pelos objetivos definidos até ao final do mandato. Esclareceu que, do seu conhecimento, a CCDD-Norte já avançou com algumas candidaturas, incluindo a de Aguiar da Beira e de outros municípios da região de Viseu Dão Lafões, enquanto a CCDD-Centro ainda não avançou com candidaturas nos concelhos da sua área de abrangência. Frisou que nem ele, nem o Executivo, se consideram donos da verdade e que nunca pretendeu dar a entender, nas suas intervenções, que gosta mais do concelho de Trancoso do que qualquer outro deputado. Respondendo ao Senhor Deputado João Caramelo, sublinhou que a diferença essencial está na forma como uns valorizam e acreditam no que já foi realizado, enquanto outros tendem a considerar que nada está bem, reconhecendo que há sempre muito por fazer, mas reiterou que é fundamental manter uma visão positiva e de valorização do que tem sido concretizado. -----

--- Não havendo mais inscrições para apreciação do ponto, o Presidente da Mesa colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com sete abstenções e vinte e sete votos a favor. O Presidente informou que se iria passar ao **ponto três** da Ordem do Dia. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente de Câmara informou que a Tegec, Empresa Municipal, se encontra em liquidação e manteve-se no ano de 2024 já sem qualquer atividade, explicando que as contas da empresa apresentam ainda um total de caixa e depósitos bancários no valor de 192.102,30€ (cento e noventa e dois mil, cento e dois euros e trinta cêntimos). Recordou que existia uma ação judicial que opunha a Tegec à Autoridade Tributária, relativamente ao reembolso do IVA, processo que já foi concluído favoravelmente para a empresa, contribuindo para a manutenção desse saldo positivo. Esclareceu que, ao contrário dos anos anteriores, não existem atualmente processos judiciais em curso. No exercício de 2024, a empresa registou um resultado líquido positivo de 166.758,89€ (cento e sessenta e seis mil, setecentos e cinquenta e oito euros e oitenta e nove cêntimos). Acrescentou que subsiste apenas a necessidade de cancelar uma penhora da Autoridade Tributária sobre um prédio da Avenida Calouste Gulbenkian, propriedade da Câmara, que inclui o rés-do-chão e mais um ou dois apartamentos. Informou que, segundo o Dr. Paulo Matias, já existe a certidão que comprova o cancelamento dessa penhora, cabendo agora à administradora da insolvência, a Dr.ª Rita, de Leiria, proceder ao registo do cancelamento na conservatória. Concluiu afirmando que, cumprida essa formalidade, será então possível proceder à liquidação definitiva da Empresa Municipal, encerrando assim a participação do Município na Tegec. -----

--- O Presidente da Assembleia informou que não havendo inscrições para este ponto, que o mesmo se encontrava apreciado. O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto quatro**. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município informou que, no final de 2023, foi obtido o visto do Tribunal de Contas, o que permitiu à Câmara proceder à aquisição de 100% do capital da Paceteg, passando assim a deter o controlo total da entidade. Explicou que, posteriormente, foi realizada a reestruturação da dívida junto da Caixa Geral de Depósitos, o que permitiu resolver toda a situação judicial existente. Sublinhou, no entanto, que a empresa ainda não se encontra liquidada, mas encontra-se já numa fase final desse processo. Relativamente a 2024, referiu que as despesas se limitaram a encargos com a organização da contabilidade, a cargo do Dr. Daniel Esteves, revisor e Técnico Oficial de Contas, bem como com a obrigatória revisão de contas, custos bancários, serviços notariais e alguns impostos. Destacou que, nesse ano, foi possível pôr fim ao estrangulamento financeiro da empresa, iniciando o pagamento de dívidas de IMI e IVA, além de encerrar a incerteza causada pelos processos judiciais, que envolviam a Caixa, a MRG e o próprio Município. Esclareceu ainda que falta apenas confirmar junto do contabilista, Dr. Daniel Esteves, que tipo de impostos foram pagos num primeiro pagamento, no montante de cerca de 50.000,00€ (cinquenta mil euros), que havia sido efetuado pela MRG, sendo necessário apurar se esse valor correspondeu a IVA ou a IMI, de forma a proceder ao encerramento correto das contas. Explicou que o registo formal do liquidatário da empresa, o Dr. Paulo Matias, terá depois de ser efetuado na conservatória pela Dr.ª Regina, sendo este o último passo antes da liquidação definitiva da empresa Paceteg, S.A .E.M.. -----

--- Presidente da Assembleia informou que, não havendo inscrições para este ponto, o mesmo se encontrava devidamente apreciado. De seguida, o Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto cinco**. ---

--- No uso da palavra, o Presidente do Município referiu que, em termos de consolidação de contas, o grupo municipal é constituído pelas seguintes entidades: TEGEC, atualmente em fase de liquidação, com a

totalidade do capital detida pelo Município; FMT – Feiras e Mercados de Trancoso, também em liquidação há alguns anos, com o Município detendo 88% do capital, a AENEBEIRA 6% e a Bandarra Cooperativa 6%; e PACETEG S.A., salientando que estas entidades constituem, o grupo municipal em termos de consolidação de contas. Destacou que as contas consolidadas refletem essencialmente a situação económica e financeira do Município, uma vez que este representa praticamente o peso total das contas. A gestão do grupo municipal, em 2024, apresentou uma evolução favorável, sustentável e equilibrada, acompanhando de forma muito próxima a evolução das contas do Município. Em termos quantitativos, o grupo municipal apresentou, em 2024, um total do ativo de 57.457.029,09€ (cinquenta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, vinte e nove euros e nove cêntimos), um total do passivo de 16.595.146,18€ (dezasseis milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, cento e quarenta e seis euros e dezoito cêntimos), uma receita corrente de 14.051.922,00€ (catorze milhões, cinquenta e um mil, novecentos e vinte e dois euros), uma receita de capital de 2.961.770,00€ (dois milhões, novecentos e sessenta e um mil, setecentos e setenta euros), uma despesa corrente de 11.804.989,80€ (onze milhões, oitocentos e quatro mil, novecentos e oitenta e nove euros e oitenta cêntimos) e uma despesa de capital de 4.235.817,92€ (quatro milhões, duzentos e trinta e cinco mil, oitocentos e dezassete euros e noventa e dois cêntimos). O resultado líquido consolidado foi positivo, no montante de 889.694,78€ (oitocentos e oitenta e nove mil, seiscentos e noventa e quatro euros e setenta e oito cêntimos), revertendo o resultado negativo do ano anterior. Concluiu que, com base nos números apresentados, a gestão do grupo municipal mantém-se equilibrada, sustentável e com evolução positiva, refletindo a situação económica e financeira sólida do município em 2024. -----

--- Não havendo inscrições o Presidente da Assembleia informou que se iria passar ao **ponto seis**. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município referiu que o Plano Municipal de Ação Climática de Trancoso é o documento apresentado, já mencionado pelo Senhor Deputado João Caramelo, referindo ter lido algumas páginas, destacando especialmente as partes consideradas mais importantes, nomeadamente os objetivos e metas traçadas a nível do Município, focados na redução da emissão de gases com efeito de estufa, na preparação para os efeitos das alterações climáticas e nas ações a desenvolver. O documento foi elaborado pela mesma empresa responsável pelo Plano de Desenvolvimento Estratégico (PDE), com o apoio de uma equipa de referência, acompanhado de perto pelos técnicos da Associação de Municípios da Cova da Beira, que habitualmente prestam serviços nos projetos relacionados com o ambiente. Também as técnicas do município, a Engenheira Sandra Ribeiro e a Engenheira Elisabete, acompanharam a elaboração do documento, que caracteriza o concelho, a área, as freguesias, a população e a densidade populacional, tendo estado em discussão pública entre 13 de março e 12 de abril de 2025, sendo disponibilizado no Posto de Turismo e publicado no Diário da República em 13 de março de 2025. Durante a consulta pública, foi recebido apenas um contributo do Núcleo Regional da Guarda da Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, que foi aceite, integrando-se no acompanhamento do programa. O documento aponta ações de adaptação e mitigação, como a criação de novas áreas verdes municipais, o aumento da área de terrenos agrícolas cultivados, a utilização correta do fogo em queimadas, a promoção do transporte

público e outras ações de preservação ambiental. Destacou que este plano está previsto na Lei de Base do Clima, Lei n.º 98/2021, de 13 de dezembro, e que, após a discussão pública e a integração das sugestões recebidas, o documento é agora submetido à Assembleia Municipal para eventual aprovação. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se encontravam abertas as inscrições para discussão do ponto. ---

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, referindo que, contrariamente ao estudo realizado, tinha chegado à sua própria conclusão, após uma leitura detalhada do Plano Municipal de Ação Climática de Trancoso, parabenizando o Sr. Presidente da Câmara pela qualidade do trabalho desenvolvido neste maçudo documento. Salientou que, apesar de reconhecer o mérito do plano, existiam diferenças no tipo de intervenção comparativamente à revisão do Plano Diretor Municipal, que, na sua opinião, não correu tão bem, poderia ter sido melhor, nomeadamente no trabalho de campo e no diálogo com os Presidentes das Juntas de Freguesia, sendo um trabalho que poderia ter sido mais aprofundado. Referiu que o plano, embora por vezes repetitivo, apresenta avaliação e intervenção das emissões locais, com levantamento de metas e objetivos, promoção ambiental, envolvimento da comunidade e revisão a cada dez anos, com horizonte de metas até 2050. Destacou ainda que o Município já poderá ter adotado medidas, como iluminação eficiente e outras ações para tornar o planeta mais verde, limpo e sustentável. Nesse contexto, deixou um desafio ao Executivo para investir de forma intensa neste programa, que considera ambicioso e bem elaborado, e sugeriu que o próximo Executivo continue o trabalho com igual empenho, frisando que se trata de uma questão de sobrevivência ambiental. Partilhou ainda uma experiência pessoal, mencionando uma revista técnica da Gronelândia, publicada há cerca de oito anos, que entrevistava povos esquimós do Alasca, nos quais se explicava que a inclinação da Terra, ligeiramente alterada, provocaria alterações na incidência dos raios solares e conseqüente degelo dos glaciares. Salientou que, segundo essa experiência, pequenas variações são notadas em ciclos de 10 anos e têm impactos palpáveis no ambiente. Referiu que, embora estas teorias não sejam definitivas, a ação climática exige coerência internacional, e que os países ricos devem apoiar financeiramente os países com menos recursos para que os objetivos globais de sustentabilidade possam ser atingidos. Alertou que, caso não haja investimento suficiente, mesmo em países como o nosso, será difícil alcançar os objetivos propostos, reconhecendo, no entanto, a intenção de ver o plano concretizado, embora com dúvidas sobre a disponibilidade de recursos. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, congratulando e de parabenizando o Senhor Presidente pela apresentação do Plano Municipal de Ação Climática. Referiu que se trata de um documento muito importante, não apenas pelo desafio da geração atual em enfrentar as alterações climáticas, mas também pelo desafio permanente de adaptação da humanidade a estas mudanças. Salientou que a ação climática não se limita a uma preocupação de uma geração, mas ocorre ao longo de décadas e exige a intervenção humana para contornar os impactos e adaptar-se aos fenómenos climáticos extremos, cada vez mais frequentes. Destacou a importância de que todos os agentes da sociedade se unam em torno de ações climáticas que tornem o território mais resiliente. Considerou que o Plano apresentado conjuga diversos diplomas aprovados nos últimos oito anos a nível nacional, incluindo o Roteiro para a Neutralidade Carbónica, o Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC), recentemente revisto, a Lei de Bases do Clima,

bem como outros planos complementares, como o PERSU, o PERNU, o plano de ação para o bio metano e para a gestão de efluentes pecuários, permitindo transformar externalidades negativas em externalidades positivas, reaproveitando resíduos e subprodutos de forma sustentável. Enfatizou que o Plano permite, em conjunto com agricultores e exploradores florestais do município, adaptar as atividades económicas às alterações climáticas, particularmente em regiões afetadas pelos incêndios, permitindo, por exemplo, a reconversão de culturas a médio e longo prazo. Destacou que esta adaptação e readaptação do território representa uma mais-valia para a população local, promovendo uma economia mais resiliente e amiga do ambiente. Finalizou a sua intervenção reiterando os parabéns ao Senhor Presidente, considerando que o Município cumpriu de forma eficaz a meta e o objetivo de apresentar este Plano, destacando-o como um excelente instrumento de adaptação climática em conjugação com outros Planos Nacionais, promovendo um território mais sustentável e preparado para os desafios futuros. -----

--- O Presidente da Assembleia informou que não havendo mais inscrições se iria proceder a votação, tendo este ponto sido aprovado por unanimidade. De seguida informou que se iria passar ao **ponto sete**. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município referiu que não foi fácil gerir a situação dos apoios às freguesias, dado que a Câmara Municipal dispunha, neste momento, de 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros), para apoiar oito freguesias e uniões de freguesias. Sublinhou que houve projetos de grande dimensão, como o da Junta de Freguesia de Palhais, que não foi possível contemplar nesta fase. Recordou a importância dos projetos desenvolvidos pelas freguesias do concelho para a melhoria da cultura, da qualidade de vida e do bem-estar das populações. Apresentou os apoios aprovados, começando pela União de Freguesias de Freches e Torres, à qual foi atribuído um apoio de 25.000,00€ (vinte e cinco mil euros), dando os parabéns ao Senhor Presidente da Junta pela inauguração, no sábado anterior, do Centro de Convívio, situado junto ao Museu do Azeite, uma obra com um custo na ordem dos 70.000,00€ (setenta mil euros), que permitiu requalificar um imóvel que, de outro modo, já se encontraria em ruínas. Seguidamente, informou que a União de Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital receberia um apoio de 25.000,00€ (vinte e cinco mil euros), para a ampliação do cemitério, projeto estimado em cerca de 90.000,00€ (noventa mil euros). À União de Freguesias de Vilares e Carnicães, que se encontra com obras na sede da junta, foi atribuído um apoio de 20.000,00€ (vinte mil euros). Já a União de Freguesias de Trancoso e Souto Maior terá um apoio de 15.000,00€ (quinze mil euros), destinado à requalificação de um parque infantil junto ao Pingo Doce. Mencionou a Freguesia de Granja que receberá 20.000,00€ (vinte mil euros), para a requalificação de um parque de lazer, projeto cujo custo global rondará cerca de 80.000,00€ (oitenta mil euros). A Freguesia de Reboleiro foi contemplada com 15.000,00€ (quinze mil euros), para apoiar a construção de muros e arruamentos na Travessa da Ribeira e noutros locais. A Freguesia de Rio de Mel receberá igualmente 15.000,00€ (quinze mil euros), destinados à ampliação do cemitério de Vila Novinha. Por fim, a Freguesia de Aldeia Nova terá também um apoio de 15.000,00€ (quinze mil euros), para a requalificação de um imóvel em ruínas próximo da igreja, conhecido como “casa palhal”, que além de degradado era já considerado um ponto negro da freguesia, passando agora a integrar um projeto de reconstrução. Concluiu garantindo o compromisso de que, na Assembleia Municipal de setembro, serão

apresentados novos apoios destinados às freguesias, contemplando nomeadamente três ou quatro freguesias com projetos de maior dimensão e, conseqüentemente, com verbas mais significativas. -----

--- Interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Reboleiro, José Nascimento, referindo que, frequentemente, quando se procede à concessão de subsídios ou apoios, a igualdade teórica nem sempre se traduz em igualdade prática. Sublinhou a importância de existirem critérios de análise e mecanismos de discriminação positiva, uma vez que as necessidades das freguesias e projetos nem sempre são equivalentes. Afirmou ter ouvido a explicação do Senhor Presidente da Câmara e, ao analisar os números, inicialmente pensou que pudesse ser um ajuste negativo em relação ao seu projeto, devido à frequência com que levanta questões sobre estas matérias. No entanto, destacou que nunca acreditou que o Presidente pudesse agir de forma vingativa. Referiu que o projeto específico se encontra em execução, com um custo aproximado de 60.000,00 (sessenta mil euros), enquanto outros projetos ultrapassam os 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros), sendo que a Câmara, sob orientação do Senhor Presidente, tem apoiado diretamente ou adjudicado alguns serviços. Reconheceu, assim, a boa análise e os critérios adotados na atribuição dos subsídios, sem pretender interferir na distribuição para projetos de maior valor, ressaltando que o apoio concedido ao seu projeto foi de 15.000,00€ (quinze mil euros), o que não cobre integralmente todas as despesas. Apelou à continuidade da discriminação positiva, de forma que a desigualdade prática seja minimizada e que, na Assembleia Municipal de setembro, seja possível compensar aqueles que necessitam de maior apoio, garantindo que a atribuição de subsídios seja efetivamente justa e ajustada às necessidades de cada freguesia ou projeto. -----

--- O Presidente da Mesa informou que não havendo mais inscrições para este ponto da Ordem do Dia se iria proceder à votação parcelar. A proposta de atribuição de apoio financeiro à União de Freguesias de Freches e Torres foi aprovada por unanimidade. A proposta de atribuição de apoio financeiro à União de Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital foi aprovada por unanimidade. A proposta de apoio à União de Freguesias de Vilares e Carnicães foi aprovada por unanimidade. A proposta de apoio à União de Freguesias de Trancoso e Souto Maior, foi aprovada por maioria, com uma abstenção e trinta e cinco votos a favor. A proposta de apoio à Freguesia da Granja foi aprovada por unanimidade. A proposta de apoio à Freguesia do Reboleiro foi aprovada por unanimidade. A proposta de apoio à Freguesia do Rio de Mel foi aprovada por unanimidade. A proposta de apoio à Freguesia de Aldeia Nova foi aprovada por unanimidade. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao Período de intervenção do público. Não havendo intervenções, lavrou-se a minuta desta reunião com os resultados das deliberações tomadas, tendo sido aprovada por unanimidade dos membros da assembleia presentes e assinada pela respetiva Mesa para que produza efeitos imediatos. -----

--- Foi encerrada a sessão da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada irá ser assinada pelos Secretários e Presidente da Mesa. -----

